

# Para o Creci, pacote ignorou casa popular

O Plano de Metas é coerente com a filosofia do governo Sarney, que busca melhorar o padrão de vida da população de baixa renda, mas surpreendentemente ignora uma de suas necessidades básicas ao não colocar como meta prioritária o financiamento à produção de habitações populares. A crítica é de Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci), que reclama ainda do fato de o governo ter descartado, no novo pacote de medidas econômicas, a criação da caderneta programada, que vincula os depósitos ao financiamento da casa própria.



Capuano: reforma demorada

"O governo vem administrando bem os outros setores econômicos, mas na área habitacional demonstra profundo desconhecimento da realidade e parece não ter a preocupação de se informar a respeito", comentou Capuano, referindo-se à demora das autoridades em concluir a reforma do SFH e às medidas que, a seu ver, mais tumultuam que resolvem problemas, "como a lei que congela os despejos". Ele considera a caderneta programada a forma ideal de aumentar os depósitos em poupança, estimulando o mercado imobiliário, e defende a aplicação de volume expressivo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FDN) na produção de imóveis de baixo custo. "São 30 milhões de pessoas que necessitam morar com dignidade e continuam sem qualquer perspectiva de mudar de vida", critica.

## NOVA POUPANÇA

Os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ainda não receberam qualquer esclarecimento sobre como vai funcionar a nova poupança a ser criada pelo governo e que terá regime de juros diferente do atual, que é de 6% ao ano.

Na nova caderneta, eles deverão ser renegociados a cada seis meses segundo as taxas médias das Letras do Banco Central (LBC). Os agentes estão preocupados com a regulamentação dessa caderneta e pretendem, nos próximos dias, discuti-la com as autoridades monetárias. Segundo Anésio Abdalla, presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a nova

caderneta precisará converter-se em um instrumento capaz de estimular a formação de novas poupanças e não ser apenas um meio de troca entre as diversas modalidades de captação de recursos do público. "Isso porque os financiamentos habitacionais concedidos até agora não prevêem juros flutuantes", justificou Abdalla, advertindo que será preciso, em sua criação, tornar compatíveis as taxas de juros aplicadas ao passivo (o que se paga ao depositante) e ao ativo (o que se recebe dos mutuários) dos agentes financeiros.

Outro representante da classe, Luís Eduardo Pinto Lima, que preside a associação regional de São Paulo, também faz restrições à nova modalidade de poupança, julgando-a "prematura" por anteceder a reestruturação do próprio SFH. Na avaliação de Pinto Lima, a nova poupança, se não mata a caderneta programada, também não contribui para aumentar o volume de depósitos. "É como colocar mais uma torneira na mesma caixa d'água", compara Pinto Lima, que não poupa críticas ainda à criação dos *commercial papers* e à venda de ações estatais nas Bolsas. Para ele, a preferência do público certamente recairá sobre os papéis emitidos por grandes empresas, "elitizando o crédito", enquanto a maior procura pelas ações de empresas governamentais poderá representar a "estatização das Bolsas de Valores".